

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.015 - SP (2019/0141563-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JANSEN FRANCISCO MARTIN ARROYO - SP210922
AGRAVADO : LUCIANA BARRETO SOARES LOUREIRO
AGRAVADO : FREDERICO SANTIAGO LOUREIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FREDERICO SANTIAGO LOUREIRO DE OLIVEIRA -
SP182592

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - ITBI - ORDEM CONCEDIDA - DIVERSIDADE DE VALORES PARA CÁLCULO DO IPTU E ITBI - INADMISSIBILIDADE - INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO Nº 46228/05 DECLARADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJSP - O VALOR VENAL BASE DE CÁLCULO DO IPTU OU O DA TRANSAÇÃO O QUE FOR MAIOR É QUE DEVE SERVIR COMO BASE DE CÁLCULO DO ITBI - DECISÃO MANTIDA - RECURSOS DESPROVIDOS

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, na espécie, incide o óbice da Súmula 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 25/09/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 13/02/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 06/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente